

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFU: RESISTIR NA CONTRADIÇÃO¹

Gabriela Machado Ribeiro,

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Sumaia Barbosa Franco Marra,

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Sérgio Inácio Nunes,

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO

Este relato objetiva apresentar a experiência da Residência Pedagógica da área de Educação Física da UFU. Mais especificamente pretende-se trazer para o debate os formatos utilizados para a produção de resistência ao instituído. Os resultados indicam que apesar das limitações impostas, o PRP pode sim constituir-se em um processo de resistência, sendo necessário encontrar nas contradições os espaços para o diálogo e o trabalho coletivo entre o(a)s envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Residência Pedagógica; Educação Física; Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

Atualmente está em curso, em âmbito nacional, o Programa Residência Pedagógica (PRP), lançado pelo Ministério da Educação (MEC), em março de 2018, por meio do Edital 06/2018, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Trata-se de uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores.

Tal programa objetiva “induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade do curso”. Este movimento tem o intuito de possibilitar a introdução à regência em sala de aula, à intervenção pedagógica e outras atividades contando com: a) o acompanhamento de um professor da Educação Básica, experiente, formado na área de ensino do graduando e; b) a orientação de um docente do Ensino Superior. (BRASIL, 2018). Além disso, visa buscar o aperfeiçoamento da formação discente, a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, o fortalecimento, ampliação e a consolidação da relação entre as instituições de Ensino Superior e a Educação Básica. Outro intento do PRP é a promoção e adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

formação inicial de professores da Educação Básica conforme as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018).

No referido edital é explicitado o propósito de “induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica” (BRASIL, 2018). Este encadeamento dos estágios e da formação de professores com a reformulação curricular e incorporação da BNCC pela Educação Básica, tanto fere a autonomia universitária ao sugerir *como* e o *que* deverá ser contemplado no estágio, quanto direciona para uma formação de caráter minimalista à medida que o programa apresenta como formação inicial (licenciandos) e continuada (preceptores) uma aprendizagem e aplicação do conteúdo da educação básica relacionada à BNCC.

Ainda em relação a pretensão de se apresentar como referência para os estágios supervisionados, Silva e Portela (2020, p.11) destacam que o PRP pouco se difere deste componente curricular à medida que “adota a estruturação deste em seu sentido mais tradicional e conservador: observação, participação e regência”.

Não obstante tenha recebido inúmeras críticas de entidades educacionais à época do seu lançamento, ocorre que, existem milhares de pessoas, tanto bolsistas quanto voluntários nas diferentes modalidades (residente, docente-orientador e preceptor) atuando na Residência Pedagógica, imersos nessa proposição de formação.

Há que se dizer, que embora o PRP tenha como desígnio direcionar a formação de professores para uma perspectiva pragmática e neotecnicista, com viés de submissão à BNCC e à outras políticas que vão na mesma direção, há de se questionar se este cenário pode constituir-se como um espaço/tempo de resistência a essas determinações.

Assim sendo, há concordância com Silva e Cruz (2018), de que haja espaço para a contra hegemonia, não exatamente nos moldes apontados pelas autoras – tendo em vista que teria que se criar outro projeto de formação inicial e continuada de professores.

[...] a residência docente pode ser positiva se houver uma preocupação de estabelecer uma política de Estado que conceba a formação de professores em sua totalidade, abarcando os elementos da formação e valorização docente, por meio da formação inicial e continuada, condição de trabalho, remuneração e carreira (SILVA; CRUZ, 2008, p. 243).

Existe concordância com as autoras supracitadas de que um projeto de resistência à política da BNCC, com caráter emancipatório entre formação inicial e continuada, deve defender “a sólida formação teórica e interdisciplinar, a unidade entre teoria e prática, a

gestão democrática, o compromisso social e ético, a avaliação permanente, a articulação entre formação inicial e continuada e o trabalho coletivo” (SILVA; CRUZ, 2008, p. 243).

CAMINHO DE RESISTÊNCIA (PROJETO EDUCAÇÃO FÍSICA – UFU)

Diante do exposto, este relato objetiva apresentar parte da experiência da Residência Pedagógica da área de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mais especificamente pretende-se trazer para o debate os formatos utilizados para a produção de resistência ao instituído.

Como tem se dado este processo de resistência? Uma das maneiras encontradas pelo(a)s autore(a)s deste trabalho foi tornarem-se partícipes do PRP como docentes-orientadores e preceptora na tentativa de encontrarem caminhos possíveis ao debate e à formação crítica de todos os envolvidos.

Na tentativa de contribuir com o intento, em 2020-2021, organizamos o trabalho dos residentes da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FAEFI) e da Escola de Educação Básica (Eseba) da UFU em 20 horas semanais distribuídas em três frentes de atuação:

- 1) preparação, regência e avaliação de aulas na escola – *cerca de 40% da carga horária;*
- 2) o estudo individual e a participação em encontros para estudos coletivos de caráter formativo sobre temas intencionalmente escolhidos pelos docentes-orientadores e preceptora, tais como: “Políticas Educacionais”, a “BNCC como Política Educacional”, a “Educação Física na BNCC”, a “Curricularidade da área de Educação Física da escola em contraponto à BNCC” – *cerca 30% da carga horária;*
- 3) outros (participação em eventos com ou sem apresentação de trabalhos, participação em grupos de estudo) – *cerca 30% da carga horária.*

Decorridos aproximadamente 90 dias do início dos trabalhos da equipe, notamos que o trabalho coletivo, bem articulado entre os professores da FAEFI e da Eseba, e entre preceptora e residentes no ato do planejamento-regência-avaliação, tem sido crucial para revelar as intensões veladas da política de implementação da BNCC. A partir de leituras e estudos coletivos problematizamos questões como:

- a) A escola precisa ter autonomia, compreender a totalidade social e suas contradições e, por meio de uma gestão democrática, deve se posicionar frente às

determinações do Estado de maneira lúcida e crítica sob pena de tornar-se um mero instrumento do mercado/capitalista. Ela precisa “corrigir as disfunções sociais presentes na sociedade” e construir um projeto pedagógico voltado para formação da cidadania (PEREIRA, 2008, p. 347-348).

- b) As políticas educacionais nacionais, incluindo o movimento pela BNCC, sofrem interferências constantes do setor privado, aumentando o processo de “mercadificação” da educação e afastando-a das definições democráticas e coletivas, bem como do respeito às diversidades culturais (PERONI; CAETANO, 2015, p.339).
- c) No contexto histórico de construção da BNCC, constata-se que o documento da Secretaria de Educação Básica de 2014 que “trata de uma base nacional comum não menciona o termo ‘base nacional comum curricular’” e, portanto, o entendimento da época não era de currículo único e padronizado. Mesmo assim, o processo de construção coletiva instituído foi interrompido e a 3ª versão da BNCC foi publicada em 2017 no Diário Oficial da União, refletindo a influência de atores com visões diferentes e muitas vezes contraditórias entre si (AGUIAR; TUTTMAN, 2020, p.78).
- d) É inadequado o governo, intelectuais ou educadores fixarem um currículo. O correto é debater, analisar, inspirar e orientar a organização dos cursos de formação de educadores no Brasil a partir do levantamento dos aspectos fundamentais para a docência. A BNCC, inspirada em um modelo fracassado dos Estados Unidos, pretende formar estudantes treinados para avaliações em larga escala, e isto fere as recomendações pedagógicas de que a avaliação deve ser processual (SAVIANI, 2020).
- e) A Educação Física é integrada à BNCC como “linguagem” e traz uma concepção fenomenológica, centrada na subjetividade humana, no lúdico, na dimensão poética e estética, na prática corporal vinculada ao lazer, à saúde e à vivência/experiência. No entanto, essa concepção coloca o professor em segundo plano e desvaloriza os conhecimentos culturais, favorecendo a manutenção do *status quo* da sociedade atual. O ideal seria uma “linha crítica” em que a escola produz conhecimento, valoriza a história, reconhece a mediação do professor e

busca a formação integral, crítica e transformadora do estudante (MARTINELLI *et al.*, 2016).

Além dos pontos citados acima, outras temáticas serão tratadas – sempre com o intuito de romper com a lógica instituída pelos organismos oficiais, responsáveis pela regulação do PRP. Nossa pauta tem e terá sempre a resistência como princípio fundante de nossa *práxis*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, o(a)s autore(a)s deste estudo acreditam que apesar das limitações impostas, o PRP pode sim ser espaço de resistência. É justamente isso que temos tentado - encontrar nas contradições as possibilidades para o diálogo, o trabalho coletivo entre escola e instituições de ensino superior, entre estudantes, professores da escola, docentes orientadores. Em outras palavras, temos atuado na perspectiva de desnudar, questionar e criar subterfúgios de contraposição.

Essas problematizações têm sido palco de uma formação crítica emancipatória do(a)s residentes, preceptora e docentes orientadore(a)s em que pretendemos formar profissionais que sejam atores e autores do próprio currículo e que possam fazer suas escolhas de maneira democrática, consciente, crítica e que desnudem políticas educacionais hegemônicas. Professores com consciência política, com visão de homem, mundo e sociedade bem definidas, tendem a formar estudantes que compreendem a si e ao mundo que o cerca na contramão da alienação.

PEDAGOGICAL RESIDENCE PROGRAM IN THE PHYSICAL EDUCATION AREA OF UFU: RESIST IN CONTRADICTION

ABSTRACT

This report aims to present the experience of the Pedagogical Residency in the Physical Education area of the UFU. More specifically, it is intended to bring to the debate the formats used to produce resistance to the instituted. The results indicate that despite the limitations imposed, the PRP can indeed constitute a process of resistance, it being necessary to find spaces for dialogue and collective work between those involved in the contradictions.

PALAVRAS-CHAVE: *Residência Pedagógica; Educação Física; Formação de professores.*

PROGRAMA DE RESIDENCIA PEDAGÓGICA EN EL ÁREA DE EUCACIÓN FÍSICA DE UFU: RESISTIR EN CONTRADICCIÓN

RESUMEN

Este informe tiene como objetivo presentar la experiencia de la Residencia Pedagógica en el área de Educación Física de la UFU. Más concretamente, se pretende llevar al debate los formatos utilizados para producir resistencias a lo instituido. Los resultados indican que a pesar de las limitaciones impuestas, el PRP sí puede constituir un proceso de resistencia, siendo necesario encontrar espacios de diálogo y trabajo colectivo entre los involucrados en las contradicciones.

PALABRAS CLAVES: *Residencia Pedagógica; Educación Física; Formación de profesores.*

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S.; TUTTMAN, M. T. Políticas educacionais no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular: disputas de projetos, **Em Aberto**, Brasília, v. 33, n. 107, p. 69-94, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.33i107.4533>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. **Edital CAPES 06/2018 que dispõe sobre a Residência Pedagógica.** Disponível em: http://cfp.ufcg.edu.br/portal/images/conteudo/PROGRAMA_RESIDENCIA_PEDAGOGICA_DOCUMENTOS_E_PUBLICACOES/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf . Acesso em: 20 de mar de 2021.

MARTINELLI, T. A. P. *et al.* A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 76-95, set., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n48p76> . Acesso em: 21 jun. 2020.

PEREIRA, S. M. Políticas de Estado e organização político-pedagógica da escola: entre o instituído e o intituente. **Ensaio: aval. Pol. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 337-358, jul./set., 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000300003> . Acesso em: 21 jun. 2020.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação Projetos em disputa? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/584> . Acesso em: 21 jun. 2020.

SAVIANI, B. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D; ORSO, P. J. (org.). **A pedagógica histórico-crítica, as políticas educacionais e Base Nacional Comum Curricular.** Campinas, SP: Autores Associados, 2020. p. 07-30.



CONBRACE
CONICE 2021
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e
Ciências do Esporte
no tempo presente:

Defender Vidas,
Afirmar as Ciências

SILVA, K. A. C. P.; CRUZ, S P. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento: diálogos em educação**, v. 27, n. 2, p. 227-247, mai./ago. 2018.

SILVA, M. V. M.; PORTELA, E. L. Políticas de Formação de Professores: Uma análise do Programa Residência Pedagógica. In: VII Congresso Nacional de Educação. Maceió -AL.

Anais [...]. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA1_ID_2745_31082020184840.pdf Acesso em: 11 de mai. 2021.

